

Mariana Luscher Albinati

# Cultura e planejamento urbano na Zona Portuária carioca

## uma articulação utilitária

### Resumo

A construção discursiva da Zona Portuária carioca como um vazio urbano, espaço decadente econômica e socialmente, contrasta sobremaneira com os registros históricos sobre a pujança da vida social produzida em torno do Porto do Rio de Janeiro até meados do século XX. O artigo se debruça sobre duas diferentes imagens da região elaboradas e veiculadas a partir de interesses diversos: por um lado, a imagem de um espaço esvaziado e degradado, como justificativa para as intervenções urbanas de caráter mercadológico; por outro, a de uma centralidade histórica e cultural, demandando processos de patrimonialização. Por fim, analisa a estratégia da intervenção urbana em curso na região, o projeto Porto Maravilha, no qual ambas as versões se combinam em um amálgama discursivo que se apropria da cultura como recurso, escamoteando os conflitos produzidos no bojo das lutas por reconhecimento.

**Palavras-chave:** Revitalização; Patrimônio; Reafricanização; Reconhecimento; Porto Maravilha.

### Abstract

The discursive construction of Zona Portuária, a Rio's port portrayed as "urban empty" and his both economically and socially decadent space highly counterpoints with the historical records regarding the social life's energy produced around the Rio's harbour in the commencement of XX century. This article focuses on two different elaborated images of the circumscribed place produced by plural interests: on one hand the image of an empty and degraded space as a proof in order to urban market interferences and on the other hand the image of a historical and cultural centrality, that demands heritage practices. Ultimately, it analyses the urban intervention's strategy in course on the place, the so-called Porto Maravilha project, of which both images combines into a discursive amalgam that appropriates of culture as a resource and hides the acquired conflicts of recognition wrestles.

**Keywords:** Revitalization; Heritage; Re-africanization; Recognition; Porto Maravilha.

### Mariana Luscher Albinati

*é doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/MinC), no Setor de Estudos em Políticas Culturais. Participa da coordenação do Programa de Formação Permanente Direitos Culturais e o Direito à Cidade na Universidade Federal Fluminense.*

marianalbinati@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

A extensa produção intelectual sobre a região do Porto do Rio de Janeiro sinaliza a relevância cultural desse território que, de principal centralidade (econômica, política e cultural) do Brasil no período colonial e na Primeira República, foi transmutado pela retórica contemporânea que busca justificar intervenções na região, em uma espécie de grande vazio urbano, degenerado (que se regenere!) e sem vida (que se revitalize!). Inumeráveis são os textos e representações artísticas que narram ou reproduzem histórias que tiveram lugar no Porto do Rio de Janeiro e seu entorno. Na produção acadêmica, muitos trabalhos tratam de reconstituir e analisar fenômenos que revelam não apenas a importância econômica mas também social e cultural daquele espaço, como é de esperar de uma região portuária em momentos de centralidade do transporte e da comunicação por via marítima.

A Zona Portuária do Rio de Janeiro, onde, desde 2010, vem sendo implantada a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, constitui um rico laboratório para a observação das transformações na produção capitalista do espaço e da sua configuração atual, notadamente no que diz respeito ao processo de desvalorização e revalorização de localidades urbanas, associado à generalização nos dias atuais do processo de gentrificação de bairros populares e do uso da cultura como recurso nos grandes projetos urbanos.

A complexidade da configuração social da região é narrada na propaganda oficial do projeto Porto Maravilha na forma de uma síntese histórica e cultural, pacífica e passada, que compõe a imagem de um produto vendável: “tradição e história com frente para o mar”, nas palavras de Sérgio Dias, ex-secretário de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro (ANDRE-ATTA, 2010). O mesmo discurso oficial que afirma o valor histórico e tradicional da região constrói a ideia de vazio, criando um hiato temporal que preenche o intervalo entre o início do século XX, quando se deu a reforma urbana capitaneada pelo prefeito Pereira Passos, e o início do século XXI, quando está sendo concretizado o Porto Maravilha.

A cultura comparece como elemento central nos projetos conduzidos sob o ideário do empreendedorismo urbano, notadamente na produção de uma imagem da cidade e de sua população que sirva simultaneamente para “vender” a cidade para seu público externo (investidores, turistas etc.) e para gerar a adesão do público interno – os cidadãos – aos projetos urbanos. Dessa forma, práticas culturais de diferentes grupos sociais, lidas e reinterpretadas pelos grupos dominantes, são selecionadas, pinçadas e co-

ladas em função da produção de uma imagem-síntese da cidade e de sua população, que, em geral, promove a celebração da diversidade cultural escamoteando as diferenças e desigualdades que determinam a existência dos vários modos de vida urbanos.

No entanto, a dimensão cultural da Zona Portuária do Rio de Janeiro, em que se apoia muitas vezes essa nova etapa de “regeneração urbana”, ultrapassa em muito a síntese celebrativa da diversidade que vem sendo elaborada nas estratégias de apropriação do lugar pelo mercado. A relevância mundial do patrimônio ligado à história do tráfico de africanos escravizados e as narrativas ligadas à criação e à disseminação de expressões da cultura afro-brasileira são alguns dos aspectos que complexificam muito esse quadro.

O entendimento da região do Porto como um “problema” urbano, simultâneo ao seu entendimento como “oportunidade” de investimento para os agentes do mercado imobiliário, coincide com algumas importantes transformações na dinâmica urbana da região, relacionadas em grande medida à reorganização capitalista do espaço. Mariana Werneck destaca três fatores que condicionaram a transformação nos usos da região, especialmente a partir da década de 1970: a inadequação da estrutura portuária às novas demandas do transporte em contêineres, deixando ociosa parte das instalações do Porto; a transferência da capital do país para Brasília, levando à subutilização dos imóveis federais, muito presentes na região; a migração da maior parte das indústrias da região para as áreas de expansão da cidade (WERNECK, 2016).

Nessa nova conjuntura, semelhante à que se desenhava em outras partes do mundo capitalista (DINIZ, 2013), a Zona Portuária carioca tornou-se cenário de um movimento de convergência entre os interesses de acumulação na etapa flexível do capitalismo e as novas formas do planejamento urbano competitivo, informadas pelo ideário neoliberal. Nesse contexto surgem os primeiros projetos de recuperação do dinamismo econômico e urbano da Zona Portuária carioca.

Enquanto do ponto de vista dos agentes do mercado a região se consolidava como um “problema” pela perda do dinamismo econômico e como “oportunidade” pela possibilidade de sua reapropriação capitalista, do ponto de vista dos grupos das classes populares que viviam nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, a nova configuração local produzia um espaço favorável para a sua reprodução social (WERNECK, 2016). A permanência desses grupos das classes populares na região, que possibilitou a criação e reprodução de práticas culturais, bem como de narrativas históricas paralelas ao discurso domi-

nante, é ignorada pela retórica que constrói a imagem da Zona Portuária como espaço de abandono e degradação.

O período de refluxo econômico da região, entre as décadas de 1970 e 2000, foi marcado, por um lado, pela produção de um discurso que buscava justificar os projetos de intervenção urbana de caráter mercadológico, capitaneados por agentes do mercado associados aos governos. Por outro lado, agentes que tinham naquele território seu espaço de vida e/ou referências de memórias pessoais e coletivas construíram a imagem da região como uma centralidade histórica e cultural, justificando esforços no sentido de sua patrimonialização.

No sentido da justificação das intervenções urbanas, a região do entorno do Porto do Rio de Janeiro foi construída discursivamente como um vazio urbano, uma zona de usos degradados (com frequente referência a serviços marginalizados, como a prostituição e os botecos), espaço decadente econômica e socialmente. Essa imagem contrasta sobremaneira com os registros históricos sobre a pujança da vida social em torno do Porto até meados do século XX, que, conforme o discurso revitalizador, teria sido apagada nesse intervalo de aproximadamente meio século. Esse discurso, repetido até os anos recentes, com a implantação do projeto Porto Maravilha, pretendia justificar perante a opinião pública a necessidade imperativa de uma intervenção na Zona Portuária. Como destaca João Domingues, “esta noção de espaço degradado constrói um certo sentido de fatalidade que será o arcabouço moral da necessidade de sua recuperação, como que se o espaço ora perdido pudesse ser reconquistado para o conjunto da cidade” (DOMINGUES, 2015, p.72).

Enquanto as coalizões de poder se revezavam à frente do projeto de “reconquista” da região, apoiadas na retórica do vazio urbano, outros agentes, partindo de relações de territorialidade outras, investiram na construção de discursos que contrariam a ideia do vazio, base dos projetos revitalizadores, afirmando a existência, nos bairros portuários, de uma centralidade cultural marcada ora pelas diferentes expressões da cultura negra e da história da população afrodescendente no Brasil, ora pelo patrimônio histórico branco, associado a uma população de ascendência ibérica.

No momento contemporâneo, com a implantação do Porto Maravilha, os discursos sobre o vazio degradado e a centralidade cultural foram mesclados, em um amálgama no qual a cultura é tomada como capital simbólico coletivo (HARVEY, 2005), passível de apropriação pelas estratégias espaciais do capitalismo neoliberal. A degradação e o vazio compõem

como justificativa para a reapropriação capitalista da área, enquanto a cultura comparece como recurso para a consecução desse objetivo, dentro de uma estratégia informada pelo planejamento estratégico da década de 1990 e por novos valores urbanos das cidades criativas. Porém, esse uso da cultura como recurso adquire contornos muito especiais no caso da apropriação da cultura negra como elemento do projeto urbano, provocando tensionamentos e negociações com seus agentes em sua luta por reconhecimento.

## ENTRE O VAZIO URBANO E A CENTRALIDADE CULTURAL

O projeto pioneiro, no sentido da reapropriação capitalista da Zona Portuária apoiada na ideia do esvaziamento socioeconômico daquele espaço, foi o do Centro Internacional de Comércio, formulado por um grupo de empresários ligados à Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), e se justificava pela necessidade de superação da crise econômica vivida pelo país na década de 1980, em uma tentativa de devolver ao Porto a relevância econômica perdida, através de uma “reciclagem urbanística” que envolvia propostas de estímulo ao comércio exterior associado ao turismo e ao lazer. Embora as negociações em torno do projeto tenham se estendido por vários anos, envolvendo a Prefeitura e a Companhia das Docas, por fim o Centro Internacional não foi concretizado (WERNECK, 2016).

Ao longo da década de 1980, a cultura não chegou a ser pensada como recurso, no sentido formulado por George Yúdice (2006), como elemento agregador de valor (de troca) aos projetos para a região. Ao menos não de forma central, como se pôde observar na década posterior, embora já houvesse no projeto pioneiro a previsão de equipamentos de lazer para atração de fluxos turísticos. A incorporação da cultura como recurso central nos projetos urbanos tornou-se prática disseminada somente anos mais tarde, com a divulgação do ideário do planejamento estratégico para as cidades com aspirações globais.

No mesmo período, outros discursos emergiam no campo de disputas em torno dos significados e da imagem pública da Zona Portuária. Simone Vassalo (2014) destaca a década de 1980 como período em que o discurso da democracia racial brasileira, que havia se tornado hegemônico a partir dos anos 1930, passou a ser enfrentado internamente a partir de um contexto internacional de afirmação dos direitos culturais dos grupos subordinados ou minorias étnicas. Nesse contexto, segundo a autora, “os movimentos

sociais, recentemente reorganizados, começavam a incorporar as interpretações políticas das noções de patrimônio e cultura, veiculadas internacionalmente como fonte de reivindicação de direitos diante do Estado” (VASSALO, 2014, p.7).

Assim, começam a vir à tona os fatos históricos que associam os bairros portuários e outros do entorno (Estácio, Cidade Nova, Praça Onze) à disseminação de uma cultura afro-brasileira, movimento que Vassalo (2014) descreve como “processo de reafirmação” da região e da cidade. A autora toma como marcos desse processo, nos anos 1980, a publicação do livro *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*, de Roberto Moura (1983), e o tombamento da Pedra do Sal, feito provisoriamente em 1984 e definitivamente em 1987. Roberta Sampaio Guimarães (2014) cita ainda outros marcos, como a inauguração da Escola Tia Ciata, na qual já se ensinava história afro-brasileira (em 1985), a inauguração do busto de Zumbi dos Palmares na Avenida Presidente Vargas e do Centro Cultural José Bonifácio, dedicado à preservação e difusão da memória negra, ambos em 1986 (GUIMARÃES, 2014).

A despeito de terem acontecido em um mesmo período, ao longo da década de 1980, parece não ter havido aproximação entre as articulações do empresariado voltadas para a afirmação internacional da cidade como polo comercial e as articulações dos militantes do movimento negro e pesquisadores visando à afirmação da centralidade da região portuária na produção cultural afrodescendente. A literatura também não revela que tenha havido oposição entre essas duas movimentações distintas, levando a crer que tenham caminhado paralelamente, deixando para processos futuros a tarefa de realizar a complexa articulação entre políticas de memória e de desenvolvimento econômico, como será feito sobretudo a partir dos anos 2000.

Um terceiro agente surge na disputa pelo território do entorno do Porto, que o projeto do Centro Internacional instaura: os moradores dos bairros portuários, que, contrariando a imagem de vazio e degradação que já se afirmava à época nos grandes meios de comunicação, tiveram uma atuação importante na definição dos rumos da Zona Portuária. Simone Vassalo<sup>1</sup> destaca, nesse sentido, o papel desempenhado pela Associação de Moradores da Saúde que, diante da movimentação de alguns agentes pela revitalização da região, procurou inserir os moradores no de-

bate sobre o futuro da Zona Portuária. A pauta desse novo grupo de agentes, os moradores da Saúde, era o impedimento da demolição de imóveis históricos e, para tanto, a afirmação da importância histórica do bairro e entorno. O grupo realizou pesquisas que sustentaram haver ali, enterrados, o Cemitério dos Pretos Novos e o Cais do Valongo, marcos históricos do tráfico de africanos escravizados.

O trabalho da Associação, segundo Vassalo, foi fundamental na criação da Área de Proteção ao Ambiente Cultural Saúde, Gamboa e Santo Cristo (APA SAGAS / Lei nº 971 de 1987). A principal questão desses agentes então era a preservação dos imóveis históricos e da tipologia das edificações, de modo a garantir que o cenário no qual predominavam sobrados residenciais e pequeno comércio não fosse descaracterizado, inviabilizando a permanência dos moradores.

A mobilização pela criação da APA SAGAS segue as elaborações discursivas e técnicas iniciadas anos antes, com o projeto Corredor Cultural do Centro (inaugurado em 1984), que, segundo Leopoldo Guilherme Pio (2014), foi um marco na mudança da visão progressista/modernista, até então hegemônica no urbanismo carioca, para um entendimento acerca do patrimônio histórico que valoriza a memória urbana. O projeto marca ainda, conforme Clarissa da Costa Moreira (2005), o processo de “retorno ao Centro”, refletindo no contexto carioca um fenômeno de escala mundial. Embora tenha sido mantido por duas décadas, até a última gestão do prefeito Cesar Maia, o Corredor Cultural foi engolido na gestão posterior, do prefeito Eduardo Paes, pela nova política de patrimônio que visava zelar pelo título (outorgado pela Unesco em 2012 à capital carioca) de Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural Urbana.

A criação da APA SAGAS, já inserida em um contexto internacional de “retorno ao Centro”, marcado pela criação do Corredor Cultural, teve um papel central na visibilização do patrimônio edificado remanescente nos bairros portuários. Essa guinada patrimonialista redefine as estratégias dos agentes interessados na “renovação” da Zona Portuária, até então inspirados no desejo de *tabula rasa* conforme Moreira (2005), que, a partir da nova legislação (e dos discursos subjacentes), precisam considerar também a necessidade de “preservação” de certos bens reconhecidos como guardiões da memória local.

Vale ressaltar que, entre as décadas de 1980 e 2000, o campo do patrimônio cultural passou por importantes revisões de conceitos e práticas que repercutiram em grande medida no processo de patrimonialização da Zona Portuária carioca. Essas

<sup>1</sup> Afirmação feita durante a oficina O Processo de Patrimonialização do Cais do Valongo, ministrada por Vassalo e organizada pelo Instituto Pretos Novos, no dia 12/04/2016, no Centro Cultural José Bonifácio.

mudanças podem ser compreendidas dentro do processo de reformulação do conceito de cidadania, que, a partir da década de 1960 e, no Brasil, mais fortemente a partir da redemocratização, passou a incorporar as demandas por reconhecimento de grupos culturalmente subordinados.

Outra referência importante para essas transformações na lida com o patrimônio cultural e com a memória da população negra no Brasil foram as discussões travadas em todo o país durante a década de 1980, por ocasião do centenário da abolição da escravidão, que evidenciaram a precariedade ou ausência de políticas que tivessem feito avançar, nesse século sem escravidão, as condições reais de exercício da cidadania pelos negros (GUIMARÃES, 2014).

Nesse sentido, destacam-se, na década de 1980, as primeiras ações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – reconhecendo o valor cultural de bens imóveis ligados à cultura afrodescendente e não apenas a aspectos da cultura europeia. Vassalo acredita ter sido esse contexto, de emergência das lutas por reconhecimento de identidades subordinadas, “que propiciou o início das leituras etnicizantes do bairro da Saúde, ou seja, o seu entendimento como um território negro” (VASSALO, 2014, p.8).

A partir da década de 1990, diversos projetos<sup>2</sup> foram elaborados assumindo o discurso da “revitalização” da Zona Portuária, termo que, após recorrentes críticas no campo acadêmico, terminou por cair em desuso. Em sua maioria, esses projetos sequer começaram a ser implementados. Alguns interesses conflitantes, que ficaram patentes nas negociações em torno do projeto do Centro Internacional de Comércio na década anterior, moveram propostas com diferentes escopos, desde aquelas voltadas para a reestruturação do Porto e recuperação da atividade portuária, a partir dos interesses da Companhia Docas e do Governo Federal, às que visavam a produção de novos usos, notadamente a partir de interesses de grupos empresariais, até projetos voltados para o adensamento populacional da região, inclusive com a promoção de habitação de interesse social (WERNECK, 2016; MOREIRA, 2005).

Os sucessivos projetos se justificam a partir de um imaginário, em grande parte formulado pelos meios de comunicação de massa, no qual os bairros portuários aparecem como áreas abandonadas e de-

gradadas associadas, portanto, à insegurança e à criminalidade, que colocam em risco, mais do que os moradores e trabalhadores da região, então invisibilizados, o patrimônio histórico local, cuja existência e importância esses veículos passaram a reconhecer.

Em um contexto marcado pela crescente culturalização da economia, pela desindustrialização e por formas flexíveis de produção características do capitalismo pós-fordista, os aspectos culturais passam a ser cada vez mais considerados nos planos urbanos. Na década de 1990, consolidam-se os modelos globais do empreendedorismo urbano que vão pautar o planejamento em várias das capitais brasileiras desde então. No Rio de Janeiro, esses modelos foram assimilados, produzindo inclusive um Plano Estratégico da cidade, homologado em 1995, que priorizava a revitalização da Zona Portuária.

No que tange ao processo de reafrikanização da região portuária, conforme Vassalo (2014), o ano de 1996 trouxe um dado relevante, com a descoberta acidental do Cemitério dos Pretos Novos, criado em 1769 e extinto em 1830, cuja localização precisa já não era conhecida, depois de mais de um século de transformações naquele tecido urbano. O sítio arqueológico foi desenterrado durante as obras em uma casa de propriedade privada, onde viria a ser fundado o Instituto e Memorial dos Pretos Novos, não havendo relatos de qualquer articulação entre a descoberta arqueológica e os planos que vinham sendo elaborados pelo poder municipal para a área portuária. Essa articulação se deu anos mais tarde, como veremos, já no âmbito do projeto Porto do Rio.

Embora poucos projetos do Plano Estratégico do Rio de Janeiro – PECRJ – tenham sido implantados, pode-se dizer que o resultado mais palpável do período foi o assentamento das bases ideológicas do planejamento neoliberal na cidade, com a emergência de uma abordagem culturalista da cidade (DOMINGUES, 2015), que se fazia presente no projeto Porto do Rio, inaugurado em 2001. Ao longo das duas gestões de Cesar Maia, algumas características do projeto neoliberal de reconversão de usos da Zona Portuária se afirmaram, tendo o aspecto simbólico-cultural como recurso central, em especial através da construção de equipamentos culturais como “âncoras” do processo de revitalização – o que se viu na negociação para implantar no Rio uma filial do Museu Guggenheim – e da adoção de estratégias de *marketing* para “vender” a cidade no mercado internacional, mas também para “vender a ideia” do projeto aos agentes locais.

Uma outra característica do projeto Porto do Rio, mais tarde apropriada pelo Porto Maravilha, é o uso do patrimônio histórico como recurso na cul-

2 Os trabalhos de Moreira (2005) e Werneck (2016) constituem duas boas fontes para levantamento desses projetos formulados entre 1990 e 2001, quando teve início o projeto Porto do Rio, antecessor mais direto do Porto Maravilha, de 2009.

turalização do espaço urbano, restrito à conservação da materialidade das memórias urbanas, ou seja, dos edifícios antigos que portariam a memória de uma urbanidade existente no passado. Ao lado dessa abordagem patrimonialista, o projeto tinha como meta a renovação e a verticalização da parte aterrada da região, o que promoveria novos usos e uma nova urbanidade, dificultando a permanência de determinadas qualidades urbanas dos bairros portuários (MOREIRA, 2005).

A preservação dessa urbanidade ligada ao patrimônio, ou seja, aos modos de vida, dados imateriais que deram significado ao patrimônio edificado, demandaria outras estratégias, fundadas, por exemplo, na manutenção da população local e de seus descendentes, como propõe desde 2001 o grupo reconhecido como Quilombo da Pedra do Sal, que reivindica a propriedade de imóveis situados na parte baixa do Morro da Conceição, a partir da afirmação de sua importância na reprodução social dos descendentes da comunidade negra denominada “Pequena África” e na manutenção de práticas culturais informadas por essa comunidade.

O surgimento dessas reivindicações, certamente informado pela incorporação da ideia de reconhecimento cultural nas discussões sobre cidadania, é fundado ainda no conflito que emergiu a partir do Programa de Recuperação Orientada – ProRio –, iniciativa da Prefeitura articulada ao projeto Porto do Rio, que consistiu em estudos e ações patrimoniais com foco no Morro da Conceição, identificado pela Prefeitura como território de descendentes portugueses, que seriam os habitantes “originais” do lugar.

Essa classificação, descrita mais detalhadamente no livro *A Utopia da Pequena África*, de Roberta Sampaio Guimarães (2014), ao priorizar um conjunto de símbolos identificados com a ocupação portuguesa e espanhola, desvalorizava ou até mesmo apagava uma série de outros símbolos e identificações que conformavam no Morro da Conceição uma territorialidade complexa, colocando em risco a própria permanência dos grupos “não originais” no local – não apenas os negros, mas também os nordestinos. O “sítio histórico” criado pelo ProRio e os discursos dos planejadores, nos quais a memória de apenas um segmento da população do Morro tinha suas referências preservadas, “como efeito imprevisto, tinham afetado a autoconsciência dos habitantes que dele ficaram excluídos, provocando a movimentação de outras memórias e identidades e de novos processos políticos, sociais e estéticos” (GUIMARÃES, 2014, p.53).

## HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: REAPROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

A questão da cultura negra não estava ainda totalmente incorporada ao projeto Porto do Rio, mas nos anos seguintes, com o desenterramento do Cais do Valongo em 2011, o discurso isotópico sobre a cultura na Zona Portuária teve que se reorganizar, diante da organização de diversos agentes em torno da atribuição de significados diferentes à história da região e ao seu patrimônio cultural.

Com obras iniciadas em 2010, o Porto Maravilha teve que rever o foco de seu trabalho de patrimonialização da região, passando a reconhecer referentes que fazem parte de um circuito ligado à história da escravidão africana no Brasil, a que o historiador Cláudio Honorato (2008, *apud* Vassalo, 2012) denominou “Complexo do Valongo”, incluindo o local de desembarque dos africanos escravizados e também uma série de lugares para onde eram levados até que fossem vendidos. Dada a relevância mundial dos achados arqueológicos, o projeto Porto Maravilha passou a incorporar parte do complexo referido por Honorato. Essa incorporação, no entanto, realizou-se a partir de uma leitura que localiza o crime de escravidão no tempo passado e propõe, para o presente, a celebração da herança cultural dos povos escravizados.

Em todo o material oficial de divulgação da Operação Porto Maravilha, assim como na cobertura midiática informada pelos agentes do projeto, destacam-se os aspectos da memória e das tradições locais, especialmente aquelas ligadas à “herança africana”.

A região portuária guarda muito da história do Rio de Janeiro e do Brasil. Uma caminhada por suas ruas é suficiente para confirmar a riqueza dos patrimônios material e imaterial. Obras de grandes arquitetos, trapiches redescobertos, representações da cultura afro-brasileira, palacetes, sobrados do início do século XX e galpões ferroviários são parte da diversidade que conta a história da cidade e do País (...) a região onde nasceu o samba tem notória vocação cultural com manifestações artísticas de todo tipo, marco da identidade desses bairros.<sup>3</sup>

A partir desse discurso, que repetidamente exalta a cultura negra e se apropria dela como valor de tro-

3 Disponível em: <[http://www.portomaravilha.com.br/porto\\_cultural](http://www.portomaravilha.com.br/porto_cultural)> Acesso em: 05 jun. 2016

ca agregado ao espaço da região portuária, é possível perceber como vem sendo traçada a estratégia de diferenciação comercial da marca Porto Maravilha, no sentido de possibilitar para os investidores a obtenção daquilo a que David Harvey chama “renda monopolista” (HARVEY, 2005), ou seja, a renda advinda da exploração das características exclusivas a um determinado espaço mercantilizado.

Enquanto os símbolos da renovação urbana carioca situados na Praça Mauá figuram em milhares de *selfies* divulgadas nas redes sociais, em muitas das ruas da região as obras continuam em ritmo lento. Tanto pelo acervo e programação dos dois principais museus do Porto Maravilha (o Museu do Amanhã e o Museu de Arte do Rio) quanto pela agenda de animação cultural da Praça Mauá, onde estão situados, fica evidente o descolamento desse recorte espacial (a Praça Mauá e seus principais equipamentos públicos) em relação ao discurso que constrói a Zona Portuária como território de ancestralidade africana. Os marcos principais do processo de “reafricanização” (VASSALO, 2014) da região estão situados principalmente no bairro da Gamboa, onde se localizam os seis espaços que compõem o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana – a Pedra do Sal, o Cais do Valongo, o Largo do Depósito, o Cemitério dos Pretos Novos, o Centro Cultural José Bonifácio e o Jardim Suspenso do Valongo. Já o bairro da Saúde, marcado pela centralidade da Praça Mauá, vem sendo construído como território cosmopolita, que reúne símbolos da “renovação” urbana, aproximando a zona portuária carioca de dezenas de *waterfronts* renovados por gestões empreendedoras em várias partes do mundo.

O desigual interesse dos agentes do projeto Porto Maravilha pelos marcos da renovação e por aqueles identificados no discurso celebrativo da “herança africana” fica evidente quando são revelados os gastos públicos: desde o início da Operação Urbana, o Instituto e Memorial Pretos Novos – IPN – vem sendo contemplado, pela companhia que administra a parceria público-privada que conduz a Operação Urbana (a CDURP, vinculada à Prefeitura), com uma verba anual de manutenção que, em 2016, correspondeu a R\$ 60 mil para todo o ano, equivalendo a R\$ 5 mil mensais. Já o Museu do Amanhã, embora receba também verbas de patrocínios privados subsidiados pelo governo federal através da Lei Rouanet, tem um contrato de gestão financiado pela Prefeitura no valor de R\$ 31 milhões por dois anos, o que responde a mais de R\$ 1,3 milhão por mês.

Simone Vassalo, no artigo “Desenterrando memórias” (2012), analisa as disputas em torno dos sítios arqueológicos afrodescendentes na Zona Por-

tuária, em que destaca a interpretação elaborada e veiculada pela arqueóloga Tânia Andrade, responsável pelo desenterramento do Cais do Valongo, em dezenas de entrevistas em que afirmava o sítio arqueológico como um símbolo da dominação racial branca sobre os negros, especialmente por ter encontrado o Cais da Imperatriz cobrindo o do Valongo, como que apagando os vestígios da história. A ideia, com o desenterramento, era fazer emergirem memórias subterrâneas e provocar revisões no status quo, corroborando, em especial, o combate promovido pelo movimento negro à propalada ideia da democracia racial brasileira.

Com a entrada da Prefeitura na disputa, foi criado o Grupo de Trabalho do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana, com a presença de militantes e pesquisadores, além de representantes do poder público. O então subsecretário do patrimônio cultural, Washington Fajardo, teve uma presença marcante, como ressalta Vassalo (2012), garantindo que as decisões dos agentes do poder municipal se sobrepusessem às dos representantes da sociedade civil envolvidos na discussão. O trabalho desse grupo resultou em uma carta de recomendações para a preservação do patrimônio ligado à história do tráfico de escravos, porém na disputa com a Prefeitura a interpretação sobre esse patrimônio foi sendo paulatinamente empurrada para os sentidos de celebração e herança cultural, e o sentido de crítica da dominação branca foi sendo novamente enterrado. Dessa forma, o Porto Maravilha passou a incorporar o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana como elemento central da cultura no discurso que visava legitimar a profunda intervenção na vida cotidiana e nas condições de reprodução social que a Operação Urbana representa para os moradores e usuários daquela região.

Leopoldo Guilherme Pio afirma que a lida do Estado com a memória e o patrimônio das sociedades se dá em função de narrativas sobre perda, reconhecimento e conquista, que muitas vezes se sobrepõem. As políticas de cuidado com o patrimônio histórico cultural no Brasil são marcadas pela “retórica da perda” (GONÇALVES, 1996 *apud* PIO, 2014), segundo a qual a preservação dos bens imóveis atende a uma necessidade de sustentar a permanência, através do tempo, de referências materiais de outras épocas e modos de vida que tendem ao desaparecimento. A partir de meados do século passado, as lutas de diversos movimentos sociais trouxeram à tona o papel do patrimônio como espaço de reconhecimento de grupos subordinados e afirmação de memórias sociais, lidando com a apropriação desses referentes por processos que evocam antigas práticas sociais ou uma

antiga urbanidade. O autor destaca, nesse momento, a emergência de processos de patrimonialização que buscam dar visibilidade à memória dos grupos subordinados, reconhecendo seu valor histórico e o apagamento a que foram submetidos em razão da dominação cultural por grupos que já seriam suficientemente representados nas políticas de preservação (PIO, 2014).

No caso do Porto Maravilha, o autor afirma a predominância de uma retórica da conquista, que instrumentaliza o patrimônio e busca incorporá-lo a um novo modo de vida urbano, embora permaneçam presentes, tanto no discurso institucional como no imaginário geral, as demandas por reconhecimento e o sentimento de perda.

Esse tipo de discurso nos sugere a ideia de que cultura e patrimônio tornam-se modos de expressar uma nova identidade urbana, e que tem como seus efeitos a criação de mensagens sobre os encantos da vida local e a criação de cenários apropriados para atividades culturais e modos de vida específicos ligados ao turismo cultural. A questão é que ao ver a cultura e patrimônio como fator de união e consenso, em uma espécie de “uso cívico” das ações culturais (tanto no plano ideológico quanto nas intervenções objetivas) a lógica da “conquista” do passado omite as tensões culturais e identitárias trabalhadas pela lógica do “reconhecimento”, isto é, como campo de disputa por legitimidade de diversos grupos e instâncias de poder (PIO, 2014, p.15).

A retórica da conquista, recontada dentro da estratégia utilitária do planejamento urbano neoliberal, apropria-se do patrimônio como valor de troca, relegando a segundo plano o valor de uso que possa ter como referente de memórias ainda vivas no imaginário social. Esse gênero de discurso sobre o patrimônio é a base do processo de patrimonialização promovido no âmbito do projeto Porto Maravilha. Nesse processo, o patrimônio material é pensado como recurso estético, emprestando um “quê” de nostalgia a uma nova urbanidade que já não toma como referência os processos históricos a que esses imóveis e objetos se referem. As diferentes técnicas construtivas que compõem a fachada de um sobrado antigo, por exemplo, não importando quais sejam, servem como aditivo culturalizante para o mercado imobiliário que vai dispor desse imóvel ou para algum tipo de negócio que venha a se instalar nele.

A assunção da história da escravidão e das expressões da cultura afro-brasileira como elementos celebrativos no Porto Maravilha também estabelece uma relação utilitária com fins econômicos, acolhendo a alegria do samba, o sabor da culinária afro, a bele-

za do artesanato e as representações que colocam a escravidão como elemento do passado, porém sem incorporar em sua política cultural processos que possam combater no presente as desigualdades produzidas pelo racismo que coloca os descendentes dos diversos africanos escravizados no período colonial nas piores posições do espaço social.

Enquanto o circuito oficial trata de celebrar e pacificar, colocando no tempo passado a história da escravidão no Brasil, outros circuitos atualizam essa história e produzem espaços insurgentes de cultura negra. Esses espaços informais ou efêmeros são espaços “outros”, fora do circuito oficial, que se apropriam de diferentes maneiras do patrimônio negro da região, seja na construção da subjetividade dos agentes que vivem no território, seja no estabelecimento de outras territorialidades, a partir de trocas culturais com comunidades negras ao redor do mundo.

## RECONHECIMENTO E POSSIBILIDADES DE APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A produção cultural elaborada pelos agentes que já mantinham relações de territorialidade na Zona Portuária anteriormente ao Porto Maravilha, um conjunto diverso de práticas artísticas e culturais, modos de vida e visões de mundo singulares, constitui o capital simbólico coletivo dessa população. Parte das práticas e símbolos que compõem esse capital vem sendo apropriada pelos agentes do projeto isotópico no sentido de fazer da região portuária carioca, a partir da Operação Urbana, um ambiente favorável ao desenvolvimento de negócios da economia criativa. No entanto, os sujeitos que produzem esse capital simbólico também se apropriam dele, seja individualmente, seja coletivamente, produzindo bens comuns urbanos (HARVEY, 2005) que emprenham de significados a vida cotidiana. A memória, nesse sentido, pode ser considerada um bem comum urbano quando se torna matéria para a construção subjetiva dos sujeitos e fonte de reconhecimento e de direitos para grupos culturalmente subordinados.

O reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio da humanidade, pela UNESCO, deve reorganizar mais uma vez esse campo de disputas na Zona Portuária. O processo de candidatura, elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro e pelo IPHAN desde 2014, foi aceito pela instituição que, no entanto, ainda não emitiu sua decisão. Os resultados concretos dessa chancela internacional poderiam, por exemplo, impor às esferas de governo maiores obri-



gações em relação à preservação e ao funcionamento dos espaços que compõem o “Complexo do Valongo”. Ou mesmo um maior comprometimento com o uso desse patrimônio na superação das desigualdades em relação à inserção do negro na sociedade, que permanecem vigentes mais de um século após o fim da escravidão.

Em janeiro deste ano, a nova gestora à frente da Secretaria Municipal de Cultura, Nilcemar Nogueira, defendeu, em artigo publicado em jornal, a criação de um Museu da Escravidão na Zona Portuária, afirmando que “reconhecer que muitos ainda sofrem os legados da escravidão requer um museu como vetor de autoestima, desenvolvimento humano, oportunidades socioeducativas e impactos sociais duradouros”<sup>4</sup>. As afirmações da Secretária trouxeram à tona imediatamente argumentos contrários a uma possível exposição romantizada sobre a escravidão no Brasil, assim como falas defendendo uma celebração da cultura afrodescendente que não “toque na ferida” da escravidão, em razão do mal estar que poderia produzir para a população negra.

O nível da participação dos movimentos negros, que tenham naquele lugar uma referência para sua construção subjetiva, certamente será decisivo para o tipo de apropriação do patrimônio material e imaterial que terá lugar na Zona Portuária carioca. Participação essa que pode se dar pelas vias institucionais, junto à Prefeitura, inclusive por exigência da própria UNESCO, ou através de ações insurgentes, nas quais a população diretamente afetada pela preservação do Cais defina seus usos político-culturais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREATTA, Verena. **Porto Maravilha**: Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

WERNECK, Mariana da Gama e Silva. **Porto Ma-**

**ravilha**: agentes, coalizões de poder e neoliberalização no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, 239 p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DINIZ, Nelson. **Da emergência do imaginário da revitalização ao Porto Maravilha**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Dissertação (mestrado) - Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DOMINGUES, João Luiz P. “O Porto Maravilha e a ênfase cultural dos novos projetos urbanos”. In: CASTRO e TELLES (coord.). **Dimensões econômicas da cultura**: Experiências no campo da economia criativa no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2015.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da Pequena África**: Projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação**: Cenários para o porto do Rio de Janeiro. 1 ed. São Paulo: Unesp, 2005.

PIO, Leopoldo Guilherme. Do Corredor Cultural ao Porto Maravilha: mudança de paradigma? In: **Anais do V SEMINÁRIO Internacional – Políticas Culturais, Fundação Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, 7 a 9 de maio/2014.

VASSALLO, Simone Pondé. “Desenterrando memórias: patrimônios afrodescendentes em disputa na Zona Portuária do Rio de Janeiro”. **Sociedade em perspectiva**: cultura, conflito, identidade. Rio de Janeiro: Gramma, p. 157-187, 2012.

\_\_\_\_\_. Intervenções urbanas e processos de patrimonialização: as reelaborações da Pequena África na região portuária do Rio de Janeiro (anos 1980 e 2000). **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Natal, de 3 a 6 de agosto de 2014. ■

<sup>4</sup> A matéria completa está disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/secretaria-de-cultura-defende-museu-da-escravidao-20811048#ixzz4jw0H6Ja>